

Boletim Gaúcho de Geografia

<http://seer.ufrgs.br/bgg>

SANTA CRUZ DO SUL: A REALIDADE AGRÁRIA LOCAL

Virgínia Elisabeta Etges

Boletim Gaúcho de Geografia, 19: 105-106, maio, 1992.

Versão online disponível em:

<http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38020/24508>

Publicado por

Associação dos Geógrafos Brasileiros



Portal de Periódicos
UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL

Informações Adicionais

Email: portoalegre@agb.org.br

Políticas: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/editorialPolicies#openAccessPolicy>

Submissão: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#onlineSubmissions>

Diretrizes: <http://seer.ufrgs.br/bgg/about/submissions#authorGuidelines>

Data de publicação - maio, 1992

Associação Brasileira de Geógrafos, Seção Porto Alegre, Porto Alegre, RS, Brasil

SANTA CRUZ DO SUL: A REALIDADE AGRÁRIA LOCAL

Virginia Elisabeta Etges*

Para compreender a realidade agrária da região de Santa Cruz do Sul é necessário ter clareza sobre a dinâmica que o modo capitalista de produção apresenta, tanto em nível local, nacional, como internacional.

Neste sentido gostaria de iniciar apresentando alguns aspectos da situação atual da agricultura européia em geral e da alemã em particular, para então analisar e avaliar a realidade agrária local.

Nenhum outro setor da economia, nas últimas décadas, apresentou tão significativas mudanças estruturais no contexto da Comunidade Econômica Européia como a agricultura. Isto se expressa principalmente no que diz respeito à liberação de mão-de-obra.

Nos últimos quarenta anos, na República Federal da Alemanha, por exemplo, houve uma redução de 64% no número de estabelecimentos agrícolas, que em dezembro de 1993 somavam 600.000. No mesmo período houve uma redução de 80% na mão-de-obra ocupada no setor. Isto fez com que o percentual da população economicamente ativa, absorvida pelo setor, se resumisse a 3%, em 1991.

Conforme a "Süddeutsche Zeitung" de 27.01.93, "o processo de diminuição de estabelecimentos agrícolas (Hofesterben) continua. Em 1993, 22.000 estabelecimentos agrícolas foram fechados na Alemanha, conforme estatísticas do Governo. Com isso aproximadamente, 100.000 proprietários e seus familiares abandonaram o setor. Em 1992, as unidades de produção familiares ainda ocupavam 2,4 milhões de pessoas, das quais somente 56.000 nos Estados da antiga RDA.

Este mesmo processo que se desenvolveu em quarenta anos na antiga República Federal da Alemanha está ocorrendo nos últimos três anos na antiga República Democrática Alemã, em consequência da pouca competitividade e dos altos custos na produção agrícola.

Nas últimas décadas, no entanto, esta redução vem acontecendo não somente na Alemanha, senão em todos os países da Comunidade Econômica Européia. Em 1960, havia ainda cerca de 27 milhões de pessoas ocupadas no setor agrícola nos atuais doze países da CEE, o que correspondia a 23% da mão-de-obra economicamente ativa. Em 1991 este número se reduziu a 9 milhões, ou seja, 6,3% da mão-de-obra economicamente ativa. Para o ano 2.000 a expectativa é uma diminuição para 4%. (MEYER, 1993:10)

Cada vez mais a interrelação entre a agricultura e os demais setores da economia se acentua, apesar da produção agrícola, nos países industrializados, significar uma parcela cada vez menor do PIB.

A agricultura, por um lado absorve máquinas, defensivos agrícolas, adubos e instalações sofisticadas fornecidos pela indústria, e por outro lado, fornece matérias primas para indústrias de beneficiamento, além de produzir alimentos para a população.

No entanto, observando todos estes dados, coloca-se a pergunta: que fatores levaram a estas mudanças na agricultura alemã e européia?

Duas razões principais se colocam: o aumento da produtividade da agricultura européia e a oferta de produtos agrícolas baratos no mercado mundial.

É principalmente neste segundo contexto que a realidade agrária local entra contra suas determinações. O tabaco é uma matéria-prima produzida em grande

* Professora no Curso de Geografia da UNISC.

quantidade em países do Terceiro Mundo e isto se justifica principalmente pelo baixo custo de produção viabilizado acima de tudo pela baixa remuneração da mão-de-obra ocupada no processo produtivo. Nos EUA, por exemplo, o custo da mão-de-obra ocupada na produção do fumo era de US\$ 5 por hora para a safra de 1989, enquanto no Brasil era de US\$ 3 por dia. (ETGES, 1991:178)

É esta situação que explica a aparente contradição que se expressa na manutenção e na reprodução da produção camponesa na realidade agrária brasileira em geral, e na local em particular, uma vez que sob a ótica pura e simples do capital, esta tenderia a se extinguir ou a ser extinta, uma vez que poderia vir a ser um entrave ao desenvolvimento do capitalismo no campo.

O que caracteriza as unidades de produção familiares no sul do Brasil é a propriedade privada da terra que, além de ser seu meio de produção por excelência, representa também a luta constante pela autonomia frente à sociedade como um todo.

Os excedentes e os produtos comerciais são levados ao mercado, principalmente o fumo. O dinheiro obtido com estas vendas, no entanto, não tem levado os produtores necessariamente à acumulação, embora o valor gerado seja expressivo, porque o mercado é dominado pelos grandes grupos econômicos que, controlando oligopsonicamente a comercialização, absorvem parte significativa do valor gerado pelos produtores via compressão de preços, subordinando assim a renda da terra produzida pelos camponeses.

Dessa forma as relações de produção se caracterizam como não sendo tipicamente capitalistas, mas a realização do valor dos seus produtos se efetua no mercado, evidenciando assim sua articulação com o capital monopolista.

Como resultado deste processo temos que a Microrregião Fumicultora de Santa Cruz encontra-se em 22º lugar, dentre as 24 MR do RS, no que diz respeito à renda média familiar, conforme publicação do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), elaborada a partir dos dados do Censo Demográfico de 1980.

Considerando estes dados, duas possibilidades se colocam em termos de futuro para a agricultura da região: por um lado a especialização cada vez maior na produção de fumo, buscando a melhora da qualidade e da produtividade, o que necessariamente significará luta por melhores preços para o produto; e, por outro lado, a introdução de cultivos alternativos à lavoura do fumo, com ênfase para a chamada "agricultura biológica", ou seja, a produção de alimentos sem uso de agrotóxicos, além do desenvolvimento de alternativas como "turismo rural", que pode ser incentivado de diversas formas.

Em resumo, é fundamental que se elabore uma política agrícola no País, voltada para as particularidades regionais e capaz de promover a melhora da qualidade de vida da população ocupada com a atividade agrária.

Bibliografia:

- ETGES, Virginia E. Sujeição e resistência: os camponeses gaúchos e a indústria do fumo. Santa Cruz do Sul: Livraria e editora da UNISC. 1991.
- HOFFMANN; Rodolfo. Agricultura e Políticas Públicas do IPEA. ESALQ/USP. 1982.
- MEYER, Thomas. Arbeitsplätze in der Landwirtschaft. Praxis Geographie, n.12. 1993.